

Discurso do Senador TASSO JEREISSATI proferido na sessão deliberativa do Senado Federal, dia 04 de novembro de 2015

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores

Gostaria de dividir com vossas excelências e com a população brasileira, minha preocupação com a situação atual do país. Percebo que a cada dia a situação se agrava, sem que a Presidente e o Partido dos Trabalhadores, presos às suas próprias contradições e intrigas internas, consigam sequer apontar um rumo, mostrar um norte, um caminho a ser seguido para superar este momento.

É triste constatar que a Presidente da República, a quem caberia liderar a nação em um projeto maior, seja de recuperação da economia, seja do resgate de valores morais e da ética na política brasileira, tem se mostrado absolutamente incapaz de fazê-lo.

Na verdade, vivemos diversas crises: crise econômica, crise política, crise de credibilidade, crise moral, crise até de representatividade, na medida em que a população não se sente representada por nós, políticos.

Todas elas estão intrincadas entre si, numa relação de causa e efeito, retroalimentando-se mutuamente, o que torna cada vez mais difícil superá-las.

Boa parte dessa dificuldade, a razão maior de não conseguirmos ultrapassar esse ciclo aparentemente infundável, reside exatamente na conflituosa relação entre a Presidente da República, seu próprio partido e sua base aliada.

Parece que padecem de uma crônica crise de identidade, que se manifesta em múltiplas faces e personalidades, a depender do momento e da platéia.

Ouvindo o discurso de algumas ilustres lideranças petistas, parece que estão na oposição, esquecendo de quem é a responsabilidade pela crise.

Preso a esta contradição, preferem criar um falso dilema, um factóide ao qual possam se agarrar. Não foi por acaso que partiu de um deputado da própria base do governo, a ideia de se cortar R\$ 10 bi do bolsa família.

Está então armado o cenário para que todos os petistas, agora órfãos de bandeiras populares, se levantem em uníssono para defender o programa que está ameaçada de extinção.

É preciso que fique claro: o bolsa família é uma conquista de todos os brasileiros, foi gestado nos governos do PSDB e nós lutaremos pela sua manutenção.

Aliás, em relação ao recorrente discurso dos petistas, de que os programas sociais estão sendo ameaçados pelo ajuste fiscal, gostaria de trazer uma bem elaborada comparação que faz o economista Ricardo Paes de Barros em entrevista ao valor econômico:

“Neste governo, ninguém sabe, ninguém tem controle, ninguém tem comando. É como se fosse uma família desorganizada, ganha quem gritar mais alto quem conseguir botar a mão no dinheiro em primeiro lugar”.

Questionado se tivesse o Brasil um governo organizado, haveria retrocesso nos programas sociais, responde:

“Não. É muito fácil proteger o pobre em um país que ainda é muito desigual. Basta que a família (o governo) se organize e concentre os cortes nos filhos que detém a maior parte da renda. Se uma parte da família consome 90% da renda familiar e outra consome apenas 10%, uma pequena redução nos gastos, vai representar um ganho considerável para os mais pobres”.

Mas para isso, ele adverte: “é preciso um plano, mostrando aos caras que vão ter que diminuir os gastos, que há uma crise, que o corte é necessário”.

É preciso, portanto, ser franco com a sociedade, mostrar a realidade e que o governo tem um “plano”, um caminho a seguir e um partido que dê suporte.

Senhor Presidente, para apontar um rumo, primeiro é necessário saber onde estamos e principalmente, porque chegamos aqui.

O pior de tudo, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, é que a este quadro já trágico, soma-se a evidente falta de liderança, de autoridade, por parte da Presidente da República.

Isto porque, reafirmo, partem de seu próprio partido, do Partido dos Trabalhadores, os maiores obstáculos para o enfrentamento dos problemas. Por incrível que pareça, é dentro do próprio governo, especialmente do Partido dos Trabalhadores, que se conspira contra as medidas econômicas ensaiadas pela Presidente.

Desde que foi reeleita, a Presidente Dilma vacila entre tomar as medidas urgentes que a realidade agora nos impõe, ou ceder às pressões dos diferentes grupos que supostamente a apoiariam.

Uma realidade, diga-se de passagem, que ela negava veementemente ao longo da campanha eleitoral.

Vejamos o caso do Ministro Joaquim Levy. Vamos lembrar que, ao assumir, o novo chefe da Fazenda trouxe otimismo, pois seu nome apontava para uma mudança de rumo no comando da economia. Suas ideias, de todos conhecidas, indicavam que o governo adotaria um rígido controle dos gastos públicos, essencial ao combate à inflação e à retomada dos investimentos.

Pois bem, desde que assumiu, Levy tem sido alvo de sistemática campanha de desgaste. Ao longo de todo esse ano, foi boicotado diariamente, seja pelas declarações expressas de membros ilustres do Partido dos Trabalhadores, ecoando o discurso de Lula e Rui Falcão, seja pela subterrânea ação de membros do próprio governo.

E qual a posição da Presidente? Não vimos nenhuma defesa veemente do Ministro. É preciso que ela assuma sua posição de Chefe do Governo, que venha a público explique por que tomou tais medidas, a sua importância e necessidade.

Diante desta tibieza, dessa insegurança, há quem pergunte: será que a Presidente acredita nas próprias medidas?

Senhor Presidente, não há como pôr em prática, não é possível sequer mobilizar a sociedade em torno de alguma política econômica, quando se vê o principal avalista da credibilidade do governo sendo execrado exatamente por quem o deveria apoiar.

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, não foram as oposições que criaram esta crise, muito pelo contrário. Se o governo ao menos indicasse um rumo, medidas concretas na direção de uma saída, nós do PSDB certamente apoiaríamos aquelas que entendêssemos corretas, tudo aquilo que atendesse às reais necessidades do Brasil, aos interesses maiores da nação.

Nós mesmos aqui neste mesmo plenário já o fizemos em várias ocasiões enquanto, por incrível que pareça, a própria bancada petista se negou a fazê-lo.

Essa é a verdadeira gênese da crise política. Uma presidente sem autoridade, um governo fragilizado, sustentado por um partido que se nega a reconhecer os próprios erros, foge da responsabilidade pelos erros cometidos e por isso mesmo está condenado a repeti-los.

Mais uma vez pergunto: este é ou não um governo do PT? Quando o partido dos trabalhadores vai assumir os ônus e as responsabilidades inerentes a quem governa?

O mínimo que a democracia exige para a estabilidade de um governo é que seja lastreado por um partido forte, que o represente ideologicamente na sociedade e lhe garanta sustentação política no Congresso.

É preciso que o PT esclareça, definitivamente sua posição.

Indago então: o Partido dos Trabalhadores apoia ou não as medidas propostas pelo governo Dilma? Afinal, quem dá as cartas na economia neste governo? Qual o peso das opiniões do ex-presidente Lula e do presidente do PT, Rui Falcão, nas decisões de governo e na posição da bancada petista no Congresso?

Isto tudo deságua, inevitavelmente, na crise econômica.

A economia está hoje pior do que estava no começo do ano. Este mês está pior do que o mês passado.

Hoje mesmo foi anunciada uma redução na atividade industrial de quase 11% em setembro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Voltamos aos mesmos níveis de abril de 2009, no auge da crise internacional.

Menos produção significa menos empregos. Atualmente o desemprego já atinge 8,8 milhões de brasileiros. A previsão de desemprego da FGV para 2016 ultrapassa 11%, o

que significa que teremos até o final do ano que vem, mais de 11 milhões de desempregados.

Este ano o Brasil vai encolher -3%, ano que vem a previsão é que o PIB caia algo entre -2 e -3%.

Para termos ideia como os brasileiros estão ficando mais pobres, o PIB per capita cairá 6,3%, em reais, e incríveis 48%, em dólares, entre 2014 e 2016. Prevê-se que a renda percapita dos brasileiros, que em 2014 chegou a US\$ 11.566, despencará para US\$ 7.000.

Traduzindo: nunca antes na história desse país, ficamos tão pobres em tão pouco tempo.

Esse desgoverno é claramente percebido pelas pessoas, pelas empresas e pelo mundo. O Brasil já foi rebaixado por duas agências de classificação de risco e caminha para a terceira, sem que o governo dê sinais de que sabe o que fazer.

Notem que já chegamos ao final do primeiro ano do novo mandato sem que o governo tenha conseguido qualquer êxito no combate à crise. Ao invés de termos avançado na busca do equilíbrio das contas públicas, o governo já admitiu um déficit primário para este ano ainda maior que o do ano passado, apesar do corte real de quase 40% do investimento público até setembro.

Ou seja, estamos ainda mais longe do prometido ajuste fiscal.

Indago: quais foram, concretamente, as propostas do governo para o real enfrentamento da crise econômica?

Pelo que se houve falar, o chamado “ajuste fiscal” virá na realidade na forma do aumento da já insuportável carga tributária.

Isso não é um ajuste, é um tarifaço. Busca-se equilibrar as contas com aumento da receita, ao invés de se cortar despesas. Além do aumento dos tributos, com as escorchantes taxas de juros, já estamos vendo a olhos nus o desaquecimento da economia, queda no investimento e a infeliz escalada do desemprego.

Se internamente a economia vai mal, o natural seria apostar nas exportações. Mas prevalecem na política externa as mesmas ideias atrasadas da política doméstica, com consequências ainda mais graves.

O Brasil insiste em olhar para o futuro com as lentes do passado. O mundo avança e voltamos a ficar presos a um ideário que pensávamos ter ultrapassado. Uma visão terceiro-mundista, cheia de preconceitos e ideologia, enquanto as relações internacionais de hoje, especialmente na questão comercial, são dominadas por um absoluto pragmatismo.

Exatamente em um momento que o consumo doméstico cai, como o Brasil manterá seus empregos aqui dentro se a produção para exportação é muito menor do que poderia ser? Como tiraremos proveito dos benefícios do comércio internacional se estamos dando as costas para o mundo? Agora que o boom de commodities acabou,

como o Brasil recuperará o tempo perdido? Por que o governo brasileiro é avesso a acordos internacionais?

Hoje, o mercado global caminha para a produção de bens por diferentes processos, que se complementam entre si e exigem uma integração cada vez maior das economias. Atualmente, mais de dois terços das exportações globais correspondem a bens e serviços intermediários, que se prestam à produção de outros bens. Formam o que os economistas chamam de cadeias globais de valor.

Por quanto tempo insistiremos em ignorar esse processo? Por quanto tempo mais ficaremos fora das fronteiras de inovação? Quando nos livraremos de paradigma ultrapassado de comércio, acreditando que é mais importante consolidar cadeias de produção locais?

O resultado desta cegueira ideológica é que as empresas brasileiras não conseguem ingressar neste sistema global, exatamente porque insistimos em conceitos como “substituição de importações” e “conteúdo nacional”, impondo barreiras alfandegárias e burocráticas muito além das necessárias à competitividade de nossos produtos.

As poucas empresas brasileiras que conseguiram superar estes preconceitos, se tornaram exemplos de sucesso. É o caso da Embraer.

Especialistas advertem que o mundo está se movendo, enquanto o Brasil patina, preso às amarras do Mercosul, que não consegue superar as mais básicas pendências alfandegárias. A falta de estratégia para a política externa brasileira nos custará caro.

Gostaria de destacar sete pontos que acho fundamentais para que o governo possa dar esta volta que o Brasil espera e exige:

- 1 - Absoluta intransigência com a corrupção;
- 2 – Humildade para reconhecer os erros, em vez de insistir em repeti-los;
- 3 - Criatividade para encontrar novas soluções, muito além das fáceis e cômodas decisões;
- 4 - Transparência e franqueza na relação com a sociedade, expondo a real situação do país e as verdadeiras razões da crise;
- 5 – Autoridade e liderança, que em poucas palavras significa, “mostrar quem é quem está no comando;
- 6 - Identidade de discurso e coerência com a prática. É preciso que o PT assuma seu papel como principal partido de sustentação da Presidente Dilma.
- 7 - Coragem para tomar todas essas atitudes e enfrentar os grupos de pressão, enfrentar a verdade e conseguir representar aquilo que o Brasil precisa neste momento.

Muito obrigado, senhor Presidente.